

Lélia Gonzalez: interpretando o Brasil a partir do gênero, da raça e da classe

Carla Curty¹

Maria Malta²

Resumo: Por meio do destaque da importância de Lélia Gonzalez (1935-1994) como uma intérprete do Brasil, pretende-se dar foco no papel da autora como intelectual orgânica dos movimentos da classe trabalhadora, do movimento negro e do feminismo negro. Através de uma revisão bibliográfica sobre a interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez, aqui estão sistematizados os principais elementos desta interpretação, centralizada nas questões de gênero, raça e classe, de maneira articulada. Defende-se a importância desta interpretação para a história do pensamento econômico e social brasileiro.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez; interpretações do Brasil; intelectual orgânica; formação econômico-social brasileira.

Área 3 - História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia histórica

¹ Professora adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRJ) e do Coletivo Marxista da Rural (MAR –UFRJ) e membro do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia Política.

ⁱⁱ Coordenadora do Lema (IE/UFRJ), Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), coordenadora do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia Política.

Lélia Gonzalez: interpretando o Brasil a partir do gênero, da raça e da classe

1. Introdução

A obra de Lélia Gonzalez (1935-1994) tem sido resgatada contemporaneamente, em especial, no que concerne às questões dos feminismos negros e dos movimentos negros.

O corpo total da obra de Lélia Gonzalez, no entanto, apesar de ser inegavelmente um trabalho de uma verdadeira intelectual orgânica dos movimentos feminista negro, dos movimentos negros e dos movimentos da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina, vai além de análises sobre as questões do feminismo e das questões raciais no Brasil e na América Latina. Sua obra consiste em uma pujante e atualíssima interpretação do Brasil, especialmente, por dar destaque de maneira inovadora, para as dimensões raciais, sexuais e classistas, de maneira articulada para se compreender o desenvolvimento de nossas formações econômico-sociais periféricas. É exatamente esta interseccionalidade que a permite analisar a formação econômico-social brasileira e o capitalismo dependente que se forma e se desenvolve no Brasil, contribuindo com uma visão interdisciplinar de variadas fontes das ciências sociais para pensar o desenvolvimento.

Nesse processo, o estudo da obra de Lélia Gonzalez nos permite não apenas diagnosticar o Brasil diante dos limites que enfrenta para o seu desenvolvimento, como também nos possibilita um olhar integrado do Brasil à América Latina em uma perspectiva de autonomia, a partir de uma história coletiva de resistência à violência e à apropriação cultural resultante de uma dominação colonial, patriarcal e racista.

Desta forma, o presente trabalho busca em Lélia Gonzalez o referente para aportes de gênero, raça e classe que dão origem a uma perspectiva de “*amefrialadinidade*” na formulação de um desenvolvimento para o Brasil tenha, em seu futuro, superado as opressões étnicas, sexuais e de classe inseparáveis da situação de dependência legadas por nossa formação econômico-social. Explora-se então os elementos inovadores, presentes na interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez, capazes de nos permitir defender a importância desta interpretação para história do pensamento econômico e social brasileiro e a atualidade da obra da autora.

2. Lélia Gonzalez: intelectual orgânica e interdisciplinar

Formada em história e geografia (em 1958) e em filosofia (em 1962) pela antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG) – atualmente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e com formação acadêmica nas áreas de comunicação (mestrado) e antropologia (doutorado), Lélia Gonzalez foi uma significativa intelectual orgânica das classes trabalhadoras brasileiras, em especial, dos movimentos negro e do feminismo negro.

Para ilustrar o caminho que nos faz afirmar a organicidade do pensamento de Gonzalez nos baseamos em seus dados biográficos, como ter participado, em 1978, da fundação e organização do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDR), depois conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU), e posteriormente ter se tornado uma de suas principais referências e militantes, sendo a

primeira diretora executiva do movimento. Atuou no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) ligado à Universidade Candido Mendes. Participou da criação e foi a primeira coordenadora do Nzinga Coletivo de Mulheres (em 1983), coletivo de mulheres negras. Participou de importantes redes de articulação da militância do feminismo negro no Brasil e na América Latina, tendo feito parte do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença (RJ), em 1988. Além de ter participado do 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas³. Foi ainda membro do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) no período de 1985-1989.

A autora se aproximou dos movimentos negros organizados em meados dos anos 1970, período em que o movimento negro se reorganizava, no contexto da resistência contra a ditadura, sendo um período intenso em que o movimento negro fervilhava político e culturalmente⁴. Neste período destaca-se também a efervescência dos movimentos feministas – não só no Brasil, como também em toda a América Latina – movimentos dos quais Lélia se aproxima também em meados dos anos 1970, com destaque forte para a sua construção do feminismo negro, tornando-se figura central para estes movimentos nos anos 1970 e nas décadas seguintes.

Importante lembrar que data desta época na América Latina a emergência do chamado feminismo decolonial, que tem como marca a articulação de elementos fundamentais para se compreender as sociedades de classes que emergem da estrutura colonial e que se desenvolvem nos tipos de capitalismo dependentes latino americanos, como as questões raciais, de gênero e de sexualidade e das classes sociais (Hollanda, 2020). Como afirma Holanda (2020, p. 17) “O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista”. Gonzalez não foi uma autora que emergiu dos debates decoloniais, mas sua obra com certeza integra as fileiras dos debates críticos à colonialidade na América Latina e influencia atualmente os debates de renovação da decolonialidade e do feminismo decolonial.

Por conta de seu papel militante, suas reflexões aparecem não só em textos acadêmicos propriamente ditos, mas também em intervenções na imprensa, em artigos em jornais e revistas e em entrevistas e em discursos e panfletos políticos⁵.

³ O encontro, realizado em 25 de julho de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, reuniu mais de 300 representantes de 32 países para compartilhar suas vivências, denunciar as opressões e debater soluções para a luta contra o racismo e o machismo. Este encontro marcou a articulação da rede de militantes e pesquisadoras afro latino americanas. O Encontro e a força de sua militância fizeram com que, ainda em 1992, a ONU reconhecesse o dia 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Aqui no Brasil, desde 2014, dia 25 de julho, passou a ser reconhecido (pela Lei 12.987/2014) como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data visa não só compartilhar dos princípios do Dia Internacional estabelecido em 1992, como também tem visa a dar visibilidade para o papel da mulher negra na história brasileira, através da figura de Tereza de Benguela. Tereza foi a líder do Quilombo Quariterê, localizado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, e, por 20 anos, liderou a resistência contra o governo escravista e coordenou as atividades econômicas e políticas do Quilombo.

⁴Para excelente referência sobre a biografia de Lélia Gonzalez ver o trabalho de Ratts y Rios (2010).

⁵ Do ponto de vista da organização política partidária, Lélia Gonzalez foi militante do PT (Partido dos Trabalhadores), foi membro do diretório executivo nacional do PT de 1981 a 1984, além de ter sido candidata a deputada federal em 1982 (não é eleita, fica como 1ª suplente da legislatura 1983-1986), e assessora da (à época) naquela legislatura da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, (a hoje deputada federal) Benedita da Silva. Após romper com o PT, filia-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), em uma época em que outros importantes intelectuais orgânicos dos movimentos negros, como Abdias Nascimento, também se

Para dar um exemplo da importância deste caráter militante no corpo da obra de Lélia Gonzalez e de sua interpretação do Brasil, podemos citar a obra “Lugar de negro” (publicado originalmente em 1982) em coautoria com Carlos A. Hasenbalg. Esta publicação marca consistentes e importantes análises das relações entre desigualdade econômica e social e questão racial em um duplo movimento de articulação e análise das desigualdades e hierarquias econômico e sociais e as formas de luta e resistência dos movimentos negros. Nesta obra, no texto “O movimento negro na última década”, Lélia Gonzalez apresenta uma instigante análise e sistematização histórica dos movimentos negros ao longo da década de 1970 no Brasil, processo que culminou na criação do já mencionado Movimento Unificado Negro (MNU).

No referido artigo “O movimento negro na última década”, conforme realizava a análise e sistematização histórica dos movimentos negros brasileiros com destaque para a década de 1970, mas também resgatando o histórico de resistência dos movimentos negros no Brasil desde o pós-abolição⁶, Lélia Gonzalez apresentava importantes reflexões sobre a forma como o capitalismo dependente, em sua configuração presente na ditadura empresarial-militar, trazia consequências de ampliação da desigualdade econômico e social em sua dimensão racial. Apontava como aquela era uma desigualdade estrutural e também historicamente condicionada pela forma como as populações negras foram inseridas na sociedade de classes brasileira. O importante panorama histórico dos movimentos negros, da sua importância, dos seus dilemas (inclusive as questões das mulheres negras dentro dos movimentos negros) presente nesta obra é uma peça importante para a formulação teórica e política da militância, na medida em que coloca o povo negro e sua luta na história de formação do Brasil do presente⁷. Assim, Lélia permite a formação de uma imagem do Brasil que tem a presença do corpo e das mentes negras na resistência e na organização de grupos de pressão política afim de interferir na configuração do Brasil dominante. É uma história de formação que tem nos oprimidos o foco de análise, trazendo muito mais contradições para o processo constitutivos das nações de capitalismo dependente em suas relações com a formação do sentido de direito de cidadania, do padrão de desenvolvimento e sua relação com os interesses das diversas classes que o constituem.

Exatamente por estes elementos Lélia Gonzalez aponta, como veremos em detalhes na próxima seção, que não é possível compreender o Brasil, a forma como o capitalismo dependente se forja e se desenvolve aqui, a forma como se configura a luta de classes e a formação econômico-social brasileira, se não for dada centralidade para a dimensão de como as questões de gênero, raça e classe se mesclam e interagem aqui. Gênero e raça não são questões secundárias para compreender o Brasil e seus problemas. Estas são questões fundamentais na configuração e na compreensão do que é o Brasil. Ao contrário, Lélia vai buscar demonstrar como análises econômicas, políticas

aproximavam do partido. Como militante do PDT foi candidata a deputada estadual em 1986, quando também não é eleita e também fica como suplente da legislatura (1987-1990).

⁶ Aqui, neste movimento de análise e destaque para o histórico de luta e resistência dos movimentos negros no Brasil, Lélia se junta ao esforço de outro importante intelectual orgânico da classe trabalhadora e dos movimentos negros no Brasil, Clóvis Moura (1959; 1977; 1988; 1989; 1994).

⁷ Devemos destacar que este artigo nosso artigo não é o único ou mesmo o primeiro a apontar a importância de Lélia Gonzalez em suas análises sobre o capitalismo dependente brasileiro. Barbara Araújo (2020) em um artigo publicado no site da revista Jacobin Brasil intitulado “Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro” e por Raquel Barreto (2018) na introdução à edição da coletânea de textos de Lélia Gonzalez “Lélia Gonzalez – primavera para as rosas negras” intitulada “Lélia Gonzalez: uma intérprete do Brasil” são exemplos de duas importantes referências que tratam a obra de Lélia Gonzalez como uma interpretação do Brasil.

e sociais que deixem de lado estes aspectos das opressões na configuração da sociedade brasileira e do capitalismo dependente são análises limitantes, limitadas e até mesmo “capengas”, no sentido de faltar sustentação no concreto e no real enquanto formulações que se pretendem elucidativas.

3. Um capitalismo dependente marcado pelas questões raciais e de gênero: aportes psicossociais para uma crítica ao mito da democracia racial

As histórias de formação das diversas formações concretas do capitalismo dependente são contadas pelos grupos sociais dominantes e são estas análises que ficam perpetuadas no senso comum. No caso brasileiro, a visão tradicional do que é um intérprete do Brasil – o intelectual, homem, branco, acadêmico de formação e atuação e com perspectivas que são, majoritariamente, conservadoras e de manutenção do *status quo* político, econômico e social brasileiro – é o cânone que é epistemologicamente desafiado pela a contribuição do pensamento de Lélia Gonzalez. A forma como o campo é tratado e recortado nos meios acadêmicos reforça alguns movimentos de opressão na sociedade de classes que se configura historicamente no Brasil, em nossa formação. O “*Panteon*” tradicional deste campo foi formado sob a invisibilização das contribuições de autoras, de autores negros e autoras negras ou pertencentes aos povos originários. Além disso, as interpretações que são forjadas mais diretamente nos movimentos sociais, sem referente na academia ou em espaços de poder da ordem dominante, são também invisibilizadas.

Como aponta Raquel Barreto (2018), há um processo de racismo epistêmico que invisibiliza e renega autores e autoras que fogem do padrão homem-branco e que dão centralidade para outras sujeitas em suas obras e temas. “Os efeitos do racismo e da supremacia branca no Brasil tem, sistemática e concretamente, invisibilizado, apagado, no campo epistemológico, vozes destoantes ao seu projeto. O processo acentua-se ainda mais quando se tratam de mulheres negras.” (Barreto, 2018, p. 27)

Se pensarmos os problemas e questões da formação econômico-social brasileira em particular, e das economias dependentes em geral, a partir de uma perspectiva ligada às classes trabalhadoras e aos diferentes grupos sociais que compõem as classes trabalhadoras e que sofrem as diferentes formas de opressão social que forjam e se articulam no capitalismo (dependente), precisamos buscar o que foi produzido como “interpretações do Brasil” por intelectuais orgânicos(as) ligados a essas classes e movimentos sociais. Estes autores e estas autoras, mesmo que estejam inseridos nos meios acadêmicos e tradicionais, forjam suas análises sobre o Brasil e sua formação econômico-social a partir das questões concretas dos movimentos sociais nos quais estão inseridos e inseridas.

O racismo epistêmico que opera na configuração do que são os cânones do pensamento social brasileiro é tão marcante que notamos a ausência de Lélia Gonzalez em várias das obras recentes em que se debate a questão as interpretações do Brasil, como (Axt; Schüller, 2011; Botelho; Schwarcz 2009), mesmo em algumas que focam em intelectuais orgânicos como Pericás; Secco (2014). Nota-se ainda a ausência Lélia Gonzalez na coletânea recém-lançada (2023) “Mulheres que interpretaram o Brasil” organizada por Lincoln Secco, Marcos Silva e Olga Brites. Nesta obra temos 45 autoras, artistas, intelectuais, militantes elencadas como intérpretes do Brasil, todas com seu devido mérito, mas a ausência de Lélia Gonzalez (bem como de Beatriz Nascimento, nota-se) é muito sintomática.

Conforme já mencionamos, obra e a atuação de Lélia Gonzalez (1935-1994) é uma potente interpretação do Brasil, de sua formação econômico-social, do capitalismo dependente que aqui se forja, a partir das análises que focam em como as dimensões de gênero, raça e classe se mesclam na configuração desta formação e da forma como o capitalismo aqui se desenvolve. Seu trabalho ainda vai mais longe em sua visão interdisciplinar quando articula elementos do feminismo, em especial, do feminismo negro, do marxismo, da psicanálise, das interpretações do Brasil, das questões anticoloniais, da intelectualidade e da cultura negra e das questões raciais. É a primeira autora⁸ do pensamento social brasileiro a defender a articulação entre as relações raciais, as relações de gênero, as relações de sexualidade e as relações de classe para compreender o Brasil, a formação econômico-social brasileira de capitalismo dependente que aqui se forma. Em especial, dá destaque para as questões do racismo e do sexismo como estruturas permanentes e limitantes no desenvolvimento da formação econômico-social brasileira.

Deste modo, em consonância com alguns dos debates críticos sobre a questão racial no Brasil a partir dos anos 1950 e 1960⁹, Lélia Gonzalez (1978; 1980a; 1980b; 1981b; 1982a; 1982c; 1984; 1985b; 1988b; 1988c; Gonzalez y Hasenbalg, 1982) vai, nos anos 1970 e 1980, apresentar uma contundente crítica à noção tão difundida no senso comum e na sociologia tradicional brasileira – a da democracia racial, ou melhor, do *mito da democracia racial*.

Ao longo das obras supracitadas, Lélia Gonzalez apresenta como as estruturas da formação econômico-social brasileira marcada pela violência e pela violação das mulheres, em especial, das mulheres nativas (escravizadas) e das escravizadas oriundas de África. Sua análise explícita como não há (ou houve) harmonia na interação entre os colonizadores e os povos colonizados e escravizados e que as relações que resultaram na miscigenação do povo brasileiro foram fundamentalmente marcadas pela violência, pelo racismo e pelo sexismo, questionando de partida a possibilidade de qualquer tipo de democracia substantiva vir desta forma de interação social.

A versão em que a crítica de Lélia ao mito da democracia racial é mais conhecida está em seu artigo de 1980, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Neste texto, Lélia Gonzalez não só apresenta uma crítica à visão dominante sobre a formação econômico-social brasileira que deu alicerce ao mito da democracia racial, como em Gilberto Freyre (1933), como também apresenta contundentes críticas a visões consideradas mais à esquerda sobre o processo da formação econômico-social brasileira, como em Prado Junior (1942), que no entendimento de Lélia Gonzalez apresenta uma visão que objetificou e animalizou as mulheres negras escravizadas, além de retratar as pessoas negras e suas ações de forma inferiorizada e tutelada (ver, por exemplo, Freyre, 1933 p.58 e p.63, bem como Prado Junior, 1942, p.30 e p.140).

Neste texto, Lélia Gonzalez, identifica o racismo como um sintoma da “*neurose cultural brasileira*”, utilizando aqui instrumentais analíticos da psicanálise, Lélia revela como, através da negação do racismo e da existência da interação social (e sexual) entre a raça branca e as raças não-brancas, há um naturalização e aparente invisibilização do

⁸ Neste aspecto, no âmbito das teorias mundiais sobre gênero, raça e classe, Lélia Gonzalez também foi inovadora, influenciando autoras como Angela Davis, que sistematicamente, faz referências à Lélia Gonzalez em suas obras e discursos.

⁹ Em uma controvérsia composta por trabalhos como em Ramos (1954); Fernandes (1964) e em Moura (1959; 1977; 1988; 1989; 1994).

racismo na nossa sociedade, mas que o racismo permanece essencial nas estruturas de poder e no inconsciente da população (em especial, da branca) brasileira.

Com isso, busca compreender a inserção da mulher negra na sociedade brasileira para além das questões socioeconômicas, mas também buscando analisar como as questões socioeconômicas se articulam com as questões da subjetividade. Dentre estes elementos subjetivos que condicionam as interações sociais entre os sujeitos, suas raças, gêneros e classes, aponta também o medo como um elemento importante para a configuração do racismo no Brasil. Para Lélia Gonzalez, o medo se estabelece como forma de impedimento da organização e unidade do grupo dominado (formas de resistência) e como forma de manutenção da estrutura de opressão. A autora demarca como a classe social dominante tem medo do reconhecimento dos elementos culturais de nossa sociedade como sendo elementos de origem africana, ou ainda medo de identificar as marcas da população negra em nossa produção social da vida. Ao mesmo tempo destaca como que é necessário para o grupo dominante manter a estereotipificação negativa e a ridicularização da população negra. Desta forma, constrói como a estereotipificação da população negra, a partir de aspectos que lhes são atribuídos e valorizados negativamente, estabelecem que o identifica, criticamente, como a simultânea naturalização e invisibilização do racismo em nossa sociedade.

Mas, por outro lado, Lélia Gonzalez também dá destaque para que quando falamos de elementos típicos e importantes para a nossa cultura, os elementos de origem negra ganham centralidade, como: “samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba”, a valorização da beleza da mulher brasileira centrada em elementos característicos da população negra e valorização do carnaval e seus símbolos e elementos, em um movimento contraditório e violento de apropriação cultural. Revela assim, a forte marca de apropriação dos elementos culturais da população negra, rememorando a apropriação dos elementos da população escravizada pelos senhores. Ao mesmo tempo, a autora aponta que o valor de tais elementos “é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra” (González, 1988c).

A marginalização e discriminação cultural do negro no Brasil aparece em vários níveis. Um espaço simbólico e social em que isto é bastante destacado é na linguagem. Ao mesmo tempo em que Lélia Gonzalez nos apresenta a noção de “*pretuguês*” com sendo a marca da africanização do português falado aqui no Brasil, apresenta a crítica à sua desvalorização. Esta marca tem influência no vocabulário, na cadência, na entonação, na pronúncia das palavras, tais como na troca dos fonemas em encontros consonantais puros associados à letra l pelo da letra r, como em “*framengo*” (*sic.*). Lélia Gonzalez (1982b) reivindica inclusive que os acadêmicos e as acadêmicas rompam com os cânones europeus da chamada escrita formal, agreguem gírias, estilos de linguagem menos formal (mais coloquial/popular) na sua escrita e aceitem de maneira positiva esta influência do “*pretuguês*”. O *pretuguês* não ser encarado como erro, mas sim, ser incorporado no linguajar acadêmico e formal seria um passo para redução simbólica da discriminação social de elementos étnicos-culturais com origem em África.

Se o que é produzido como linguagem pela população com ascendência africana é simbolicamente desqualificado, Lélia Gonzalez nos convida a pensar, então como as interações entre a população branca e as mulheres negras são controladas por meio das tipificações estereotipadas. Desta forma, o racismo e o sexismo se manifestam na sociedade brasileira inconscientemente por meio de 3 tipificações da mulher negra, que tem origem no período da escravização e que persistem se manifestando na sociedade

contemporânea: a “mulata”; a “doméstica” e a “mãe preta”, que representariam a objetificação da mulher negra, a subserviência da mulher negra e os laços aparentemente maternos e afetivos entre as mulheres negras e a população brasileira (em especial, a população branca), que são afetivos e também hierarquizados e que colocam a mulher negra em um lugar subalterno e subjulgado. Assim o mesmo sujeito, a mulher negra na sociedade brasileira, fica vinculado a estas atribuições todas associadas aos cuidados, aos afetos e à dominação.

Nesta obra (1980a), como também em outras obras em que coloca a centralidade na figura da mulher negra escravizada (1979b; 1981a; 1982a; 1982b; 1982c; 1984a; 1985b; 1988a; 1988b; 1988c) Lélia Gonzalez subverte o papel tradicionalmente relegado às mulheres escravizadas na literatura sociológica e historiográfica brasileira, ao mesmo tempo em que revela elementos sofisticados de opressão e subjugamento das mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea. A autora aponta como esta estereotipificação de papéis sociais explicitam um movimento que é essencialmente racista e sexista, de naturalização do “*lugar do negro*” (grupo dominado) como periférico e revela como estes elementos estruturais de hierarquização (e exclusão) da população negra que se manifestam na subjetividade dos indivíduos que compõem a sociedade e também nas relações entre as classes, as raças e os gêneros que têm origem no período de escravização.

Tanto a tipificação das mulheres negras (“mulata”; “doméstica”; “mãe preta”) quanto a criminalização sistemática da população negra masculina, em sua maioria, (encarceramento em massa, perseguição policial sistemática, extermínio em massa da população negra), bem como a apropriação e a desvalorização da influência africana da cultura brasileira são para Lélia Gonzalez reflexos do que definiu como “*neurose cultural brasileira*”.

Lélia Gonzalez não tem dúvidas de que é na “*neurose cultural brasileira*” que tem origem o mito da democracia racial. A ideia em torno do mito da democracia racial está ligada aos processos “domesticação” da população negra. “Domesticação” que, para a autora, se deu por meio da ideologia do branqueamento, infantilização, discurso ideológico de alienação e de ocultamento da memória da população negra, bem como sua objetificação e inferiorização sistemática.

Em sua crítica ao mito da democracia racial, Lélia Gonzalez (1988c) apresenta a noção de “*racismo por denegação*” ou “*racismo disfarçado*”. Para a autora, não é que não exista racismo no Brasil, mas que este racismo aqui se manifesta de maneira diferente que em outras formações econômico-sociais (em especial, em comparação com as ex colônias anglo-saxônicas). Este racismo que aqui se configura é um racismo marcado pelos elementos da já citada “*neurose cultural brasileira*” e pela forma como se deu o processo de formação econômico-social brasileiro, e das sociedades latino-americanas. A partir da colonização ibérica foram formuladas as principais estruturas sociais formais e informais desta invasão, em um processo de racismo que possui muitas artimanhas e peculiaridades que não precisam assumir a forma explícita, mas que também são extremamente violentas.

“Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturam a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a construir a

chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar”, sintetiza o que acabamos de expor.

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nestas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.” (Gonzalez, 2020p [1988c], pp. 131-132).

Percebe-se como a origem colonial e o passado de escravidão, nunca superados, são ainda fundamentais na configuração da sociedade brasileira (e das outras sociedades latino americanas), em suas mais variadas dimensões. Para a questão que estamos desenvolvendo neste ponto – o *mito da democracia racial* – vale ainda nos referirmos a um desdobramento importante da senda aberta por Lélia, tomando como referência o trabalho de Sueli Carneiro. Também para Carneiro é fundamental termos em mente a intrincada articulação entre classe, gênero, sexualidade e raça para a compreensão do Brasil. Em sua visão "o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira" (Carneiro, 1995, p. 546). A contradição das palavras cordialidade e estupro na mesma frase representam o tamanho da contradição da conceitualização de uma democracia racial. Ainda, podemos reivindicar Hollanda (2020), para o questionamento do mito da democracia racial

“tem sua força inicial no feminismo latino-americano que introduziu a articulação sexo/gênero/raça nos estudos sobre os efeitos do sistema patriarcal na instalação dos Estados Nacionais, denunciando a ideologia da mestiçagem fundadora e sua ancoragem na violência e na violação das mulheres nativas”. (Hollanda, 2020, p. 20).

Um dos elementos mais reveladores sobre esta estrutura racista e patriarcal da sociedade brasileira encontra-se na configuração do mercado de trabalho brasileiro e nos elementos da desigualdade econômico e social brasileira. Lélia Gonzalez (1978; 1979^a; 1980^a; 1980b; 1981a; 1982a; 1982b; 1984a; 1985b; e em Gonzalez & Hasenbalg, 1982) tomando como referência os debates marxistas sobre exército industrial de reserva, analisa como as mulheres negras compõem o principal extrato – assim como homens negros e dos povos indígenas – da chamada massa marginal (um outro termo para se referir ao exército industrial de reserva) no mercado de trabalho brasileiro.

Nos textos citados acima, Gonzalez trabalha com dados e elementos dos anos 1970 e 1980, mas se pegarmos os dados atuais do Ipea, Dieese e do IBGE, esta

constatação continua atualíssima. As mulheres negras compõem os extratos mais precarizados, mal remunerados e vulneráveis do mercado de trabalho brasileiro. Nos textos acima citados, Gonzalez revela como no processo de configuração e aprofundamento do capitalismo dependente brasileiro a mulher negra foi sendo socialmente e economicamente cada vez mais marginalizada. E este fenômeno não se dá espontaneamente ou por acaso, está totalmente conectado ao processo de configuração da formação econômico-social brasileira marcada pelo racismo e pelo patriarcado, como Lélia Gonzalez revela de maneira pioneira no pensamento social brasileiro.

Alguns movimentos recentes – ligados a muitos e longos processos de luta, muitos dos quais Lélia Gonzalez fez parte em vida, em outros, é hoje fonte de inspiração e referência – de conquistas de direitos que impactam diretamente a vida das mulheres negras.

Como com a *PEC das Domésticas* (Proposta de Emenda Constitucional 72/2013), que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e as trabalhadoras domésticas e os (as) demais trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais. Dado que a maior parte do trabalho doméstico (assim como outros trabalhos de cuidado) no Brasil são realizados por mulheres e, em especial, mulheres negras – segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, de 2022, 98% dos trabalhadores domésticos são mulheres, e destas, 67,3% das trabalhadoras domésticas são negras – a garantia de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas foi um passo fundamental. No entanto, este processo ainda está longe de representar de fato uma superação do racismo e do patriarcado no mercado de trabalho brasileiro, afinal, nestes mesmos dados da PNAD, temos que 75% das trabalhadoras domésticas estão na informalidade no Brasil e que 40% das trabalhadoras domésticas (em sua maioria negras) no Brasil ainda vivem em situação de pobreza.

Outra mudança significativa para a redução da marginalização das mulheres negras na sociedade brasileira foram as mudanças ligadas à expansão universitária e à *Lei de Cotas* (Lei 12.711) de 2012 que garante a reserva de 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública. Nestes mais de 10 anos de implementação da Política de Cotas nas universidades, vemos o aumento significativo da entrada e permanência das mulheres negras nas universidades – dados de 2019 apontam inclusive que as mulheres negras se tornaram o maior grupo social nas universidades brasileira, públicas e privadas, sendo 27% do corpo discente, enquanto mulheres brancas e homens brancos representam cada grupo 25% e homens negros, 23% (Geledés, 2021).

No entanto, ainda não houve de fato uma mudança expressiva na configuração da distribuição de renda e da redução da desigualdade econômica e social no Brasil de modo a melhorar estruturalmente a inserção da mulher negra na economia e na sociedade brasileira. Para haver uma mudança estrutural e efetiva nestes termos, precisamos, como aponta Lélia Gonzalez, de processos estruturais de transformação efetiva da sociedade brasileira que combatam – nos diversos modos de expressão, subjetividade, economia, política, educação, cultura, etc – os elementos da combinação entre capitalismo, patriarcado e racismo que forjam nossa formação econômica e social.

Por uma “*América Ladina*” autopropelida

Esta percepção das peculiaridades da forma como o racismo (e o sexismo) operam na América Latina levam Lélia Gonzalez a reivindicar a ideia de uma *amefricanidade* e de um feminismo afro-latino-americano. Em Gonzalez (1988b, 1988c) a autora reivindica que ao invés de América Latina, deve-se utilizar os termos “*Amefricanidade*”, “*América Ladina*” e “feminismo afro-latino-americano” (ou “*afro-ladino-americano*”) nos movimentos negros e feministas das classes trabalhadoras da nossa região. Esta expressão terminológica de unidade pretende refletir que há semelhanças entre o Brasil e a região caribenha na forma de africanização – que se manifestaram historicamente no papel da força de trabalho escravizada africana no processo de colonização – e na forma como o racismo se manifestou historicamente.

Lélia Gonzalez reivindica usar o termo “*América Ladina*” ao invés de América Latina em reconhecimento da diversidade das sociedades que compõem a “*América Ladina*”, dando destaque para os elementos em comum dentre as diferentes formações econômico-sociais da região a origem no mesmo sistema de dominação (colonial, racista) que se manifestou contemporaneamente na hierarquização racial e cultural na região, na aparente “*superioridade*” branca ocidental e “*inferioridade*” negroafricana. Para Lélia Gonzalez, reconhecer a *amefricanidade*, significa reduzir a importância do ibérico/colonial na nossa configuração. Tal atitude tem um caráter emancipatório em termos simbólicos, de potencial para ruptura com a estrutura de dominação e hierarquização. Especialmente, porque, nas palavras da autora

“quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão.” (Gonzalez, 1988-c p.117)

Ao mesmo tempo, ao reivindicar o entendimento da palavra América como todo o continente, e não só os EUA, em uma crítica ao imperialismo dos EUA, defende a incorporação dos povos originários na análise do processo histórico de desenvolvimento da formação econômico social americana, largamente influenciado pela intensa dinâmica cultural afrocentrada (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) desenvolvida no contexto da dinâmica diaspórica forçada pelos processos de escravização com uso e abuso do conhecimento técnico do povos africanos para fins da exploração colonial e a incorporação de suas culturas no processo de reprodução social da vida. Lélia compreende então que uma análise precisa da formação da América tem a necessidade de ser forjada com sentido de construção de uma identidade étnica, expressa na cultura (entendida de maneira ampla), no legado de resistência do processo de dominação e na memória deste legado.

Esta identidade, na visão de Lélia Gonzalez, se apresentaria como uma unidade específica, historicamente forjada no interior das sociedades do continente americano, uma experiência histórica comum. Criação nossa e de nossos antepassados no continente inspirados em modelos africanos – em especial, da chamada diáspora africana, como também em um reconhecimento das referências da população indígena. Em suas palavras, “Termo *amefricanas/americanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como aqueles que chegaram à América muito antes de Colombo.” (Gonzalez, 2020o [1988b], p. 77, *grifos originais da autora*).

A partir das reflexões sobre a categoria de amefricanidade (Amefricanity), Lélia vai afirmar que suas implicações político-culturais são, de fato, democráticas; exatamente porque o “próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA” (Gonzalez, 1988c). A democracia que a autora identifica com implícita nesta categoria para de uma percepção de seu valor metodológico estar associado ao fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada nas diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.

Assim, a “América” autopropelida se reconhece com um sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados também em modelos africanos. O elemento importante desta categoria é dinâmico, pois Lélia enxerga que ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa forma específica de sociabilidade que identifica na diáspora e no genocídio uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Tal experiência histórica é ainda temperada pelo sistema de dominação que compartilhamos: o racismo. Este racismo que estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana como norma institucionalizada chegou a ser utilizada para caracterizar uma suposta “natureza sub-humana” de todos os não-brancos presentes nesta territorialidade, afim de naturalizar a exploração socioeconômica dos *amefricanos* por todo o continente.

Recuperar, então, o legado histórico da produção material da vida e das resistências da consciência social *amefrikana* é se reapropriar da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso. Lélia ainda evoca Fanon e Rodney para explicitar o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África e a nossa América, junto com ela.

Porém a experiência amefrikana se diferenciou daquela dos africanos que permaneceram em seu próprio continente, já que incorporamos toda essa rica experiência vivida no Novo Mundo. O esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio aponta para uma perda de identidade própria, logo reafirmada alhures (o que é compreensível em face das pressões raciais no próprio país). Só que não se pode deixar de levar em conta a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação. Justamente porque, enquanto descendentes de africanos, a herança africana sempre foi a grande fonte revivificadora de nossas forças.

Neste ponto, nota-se nitidamente a influência do pensamento de Abdias Nascimento (1978) nas formulações da autora que destacam a importância da autonomia na forma de observar a formação efetiva de nossa história na perspectiva dos oprimidos. Esta originalidade é o que nos permite uma contribuição autêntica ao pan-africanismo, sem cairmos na armadilha de nos definirmos a partir de uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África sem voltarmos o nosso olhar para a realidade em que vivemos de fato na América. Deste modo reconhecemos um “gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá” e nos transforma em amefricanos. Indo mais longe de Lélia identifica que “uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós

mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular” (Gonzalez, 1988c).

“Por tudo isso, e muito mais, acredito que politicamente é muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente nos identificarmos a partir da categoria de amefricanidade e nos autodesignarmos amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos e de todos os outros países do continente.” (Gonzalez, 1988c, p.124)

4. Considerações finais

A interpretação do Brasil realizada por Lélia Gonzalez¹⁰ é uma inovadora forma de compreensão do Brasil e deve ser resgatada para as análises contemporâneas sobre o Brasil e suas questões, bem como do processo de desenvolvimento que nos trouxe até aqui. Interpretar o Brasil a partir da tríade (articulada) de gênero, raça e classe é não só relevante, como necessário. Os dilemas ligados aos processos de opressão de gênero, raça e classe são elementos essenciais para pensarmos sobre o que foi o processo da formação econômico-social brasileira e quais os dilemas e contradições estão postos para as possibilidades de desenvolvimento aqui.

Ao observarmos os dados contemporâneos sobre a estrutura econômico-social brasileira, os dados sobre desigualdade econômico e social e das questões dos movimentos sociais, vemos explícita a atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez e das suas propostas de lentes de análise para a sociedade brasileira e suas questões. Desta forma propomos reconhecer que mais que uma autora do feminismo negro, do feminismo decolonial latino americano, ou do movimento negro brasileiro, Lélia Gonzalez apresenta elementos fundamentais para compreendermos a formação econômico-social brasileira. Ou melhor, sua obra tem esta grandeza exatamente por Lélia Gonzalez ser uma intelectual orgânica dos movimentos feminista negro e do movimento negro e estar preocupada com as questões relevantes para estes movimentos de forma interdisciplinar e ampla, revelando ao mesmo tempo os limites das abordagens economicistas para o desenvolvimento e as possibilidades dos aportes interdisciplinares para sua compreensão.

Lélia Gonzalez é uma autora fundamental para a desvendar o desenvolvimento Brasileiro como componente de um processo Latino-Americano em uma abordagem feminista, anti-racista e decolonial na América Latina integrada pela história de dominação e exploração. Sua obra tem uma importância para o pensamento econômico

¹⁰As principais publicações de Lélia Gonzalez que compõem o todo de sua interpretação do Brasil são os artigos: “Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?” (1978); “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego” (1979a); “Mulher negra: um retrato” (1979b); “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1980a) – este talvez um dos mais emblemáticos e conhecidos –; “A questão negra no Brasil” (1980b); “A mulher negra: essa quilombola” (1981a); “Democracia racial? Nada disso!” (1981b); “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” (1982a) – este publicado posteriormente em francês e inglês –; “E a trabalhadora negra cumé que fica?” (1982b); “De Palmares às escolas de samba, tamos aí?” (1982c); “Racismo por omissão” (1983); “Mulher Negra” (1984); “O movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra” (1985a) – este posteriormente publicado também em inglês; “A mulher negra no Brasil” (1985b); “Mito feminino na revolução malê.” (1985c); “Insurreições negras e sociedade brasileira” (1985d); “Nanny: pilar de amefricanidade” (1988a); “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988b); “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988c). E os livros “Lugar de negro” (1982), em coautoria com Carlos A. Hasenbalg, e “Festas populares no Brasil”. (1987).

e social latino americano (ou “*afro-ladino-americano*”, ou “*amefricano*”; ou da “*América Ladina*”) em geral, e brasileiro em particular.

Assim, podemos afirmar que seja fundamental termos como referência obras como a de Lélia Gonzalez para pensarmos o Brasil na América-latina e o Brasil em sua complexidade, para o desenvolvimento das lutas dos movimentos sociais das classes trabalhadoras. O que Lélia nos ensina é a pensar questões de gênero, sexualidade e raça não como somente recortes específicos e pontuais, nichados, mas como questões centrais para compreender o processo da formação econômico-social brasileira e do capitalismo dependente que aqui se forma. Afinal, as classes trabalhadoras não são sujeitos abstratos, mas possuem gênero, raça, entre outros marcadores sociais que carregam em si vivências, opressões e questões utilizadas para dominação e opressão e que portanto precisam ser articuladas na luta para pensarmos o desenvolvimento e os horizontes de superação do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano. Como Bárbara Araújo (2020) aponta em seu artigo sobre Lélia como uma intérprete do capitalismo brasileiro

“O caráter pioneiro de sua discussão sobre a articulação entre racismo e sexismo no Brasil, incluindo uma reflexão sobre essas questões e o desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira, tornam a leitura de sua obra, ainda tão pouco conhecida na academia e na militância, fundamental para quem busca uma análise sistêmica que de fato dê conta do caráter contraditório do capitalismo no Brasil, que tem o racismo e o sexismo como fatores fundantes e constitutivos.” (Araújo, 2020, s.p.)

A importância e a atualidade da obra de Lélia Gonzalez e de sua interpretação do Brasil são inegáveis e fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. A marca da articulação entre gênero, raça e classe na compreensão do que foi e é a formação econômico-social brasileira é pioneira e deve fazer parte da formação de todo cidadão brasileiro e toda cidadã brasileira, em especial, os que atuam nas ciências sociais e suas áreas correlatas.

5. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Bárbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. In: *Revista Jacobin Brasil (site)*, 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; VILLARINO, Leandro Vizin. O conceito de formação em tempos críticos: esboço de reflexão. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 40, 2016. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: ANPOCS, 2016.

AXT, Gunter; SCHÜLLER, Fernando (orgs). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: INSULAR, 2013 [1972]

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 12-27.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.) *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995

CURTY, Carla; MALTA, Maria; BORJA, Bruno. Intérpretes do Brasil: influências na origem do pensamento econômico brasileiro. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24 | n. 2 | p. 463-489 | maio-ago. | 2021.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021 [1964]

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GELEDÉS. *Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país*. 18 de agosto de 2021. São Paulo. Disponível em https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais/?gad_source=1&gclid=Cj0KCCQjwmMayBhDuARIsAM9HM8cqWPH5MOIuPE-iLyH6aIII3b158u2DuwP5d_ykV-icuoiazu3zZl8aAiG2EALw_wcB. Acesso em 09/05/2024.

GONZALEZ, Lélia. *Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?* Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. (IUPERJ). Rio de Janeiro (*mimeo*), 1978.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 45-48. [1979a].

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra: um retrato. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 173-178. [1979b].

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 75-93 [1980a].

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 183-190 [1980b].

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra: essa quilombola. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020e. p. 197-200 [1981a].

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020e. p. 201-203 [1981b].

- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020f. p. 49-64 [1982a].
- GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra cumé que fica? In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020g. p. 217-219 [1982b].
- GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, tamos aí. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020h. p. 204-206 [1982c].
- GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020i. p. 220-221 [1983].
- GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020j. p. 94-111 [1984a].
- GONZALEZ, Lélia. Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020k. p. 222-227 [1984b].
- GONZALEZ, Lélia. O movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020l. p. 112-126 [1985a].
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020m. p. 158-170 [1985b].
- GONZALEZ, Lélia. Entrevista: Mito feminino na revolução malê.: In: GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 258-262 [1985c].
- GONZALEZ, Lélia. Insurreições negras e sociedade brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzales: primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 2263-264 [1985d].
- GONZALEZ, Lélia. *Festas populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.
- GONZALEZ, Lélia. Nanny: pilar de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020n. p. 151-157 [1988a].
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020o. p. 139-150 [1988b].
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020p. p. 127-138 [1988c].
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1982].
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 10-33.

- IANNI, Octávio. Tipos e Mitos do pensamento Brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17 (49) • Jun 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200001>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- IANNI, Octávio. Tendências do pensamento brasileiro. *In: Tempo Social*. USP, 12. 2000.
- MARINI, Ruy Mauro “Dialética da dependência” [1973]. *In: MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini, vida e obra*. Expressão Popular, São Paulo, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: INSULAR 2014 [1969].
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020 [1959].
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mal cidadão*. São Paulo: Editora Conquista, 1977.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2019 [1988].
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. Editora Ática, 1989.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014 [1994].
- NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020[1978].
- PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].
- RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. *In: SCHWARTZMAN, Simon. (Sel.). O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Seleção e introdução de Simon Schwartzman. Brasília: Ed. da UNB, 1979. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 6). p. 39-69, [1954].
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; BRITES, Olga (org.) *Mulheres que interpretam o Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.